

OS DIFERENCIAIS DE SALÁRIOS NO BRASIL NO PERÍODO 1999-2009: UMA INVESTIGAÇÃO EMPÍRICA NA PERSPECTIVA DA TEORIA DA SEGMENTAÇÃO

Adriana Evarini¹/ Eliane Araújo²/ Maria de Fátima Garcia³/ Solange de C. I. de Souza⁴

Resumo

O presente artigo empreende uma análise sobre os determinantes dos diferenciais de salários no Brasil, considerando as várias categorias ocupacionais, típicas dos segmentos primário e secundário do mercado de trabalho. São utilizados modelos de regressão quantílica, aplicados aos dados da PNAD de 2009, para aferir a importância de variáveis tais como educação, idade, cor e gênero na determinação destes diferenciais. Em consonância com a hipótese de heterogeneidade do mercado de trabalho, apontada pela Teoria da Segmentação, os resultados do artigo sugerem que: *i*) a educação é menos importante para determinar o rendimento naqueles seguimentos de trabalho mais precários, quais sejam as categorias dos trabalhadores dos Serviços e da Produção; *ii*) os coeficientes das variáveis cor e gênero apontam a existência de preconceito no mercado de trabalho, que é maior nas categorias ocupacionais com maior potencial de rendimento, isto é, os profissionais das Ciências e Artes e os Dirigentes e, por fim, *iii*) a variável idade é a menos significativa para determinar o rendimento nas diferentes ocupações.

Palavras-chave: Teoria da Segmentação; Mercado de Trabalho; Categorias Ocupacionais.

Abstract

This article classifies the Brazilian labor market in different occupational categories and uses quantile regression models, applied to data from PNAD 2009, to identify the importance of variables such as education, age, race and gender in determining wages. In line with the hypothesis of heterogeneity of the labor market, pointed to the theory of segmentation, the results of the paper suggest that: *i*) education is less important in determining the income in those segments that have more precarious jobs, which are the categories of Production and Services and *ii*) the coefficients of the variables of color and gender show the existence of gender and color bias in the labor market, which is higher in the occupational categories with higher income potential, ie, the professionals of Arts and Sciences and the Directors and finally, *iii*) the variable age is less significant in determining the income in different occupations.

Keywords: Theory of Segmentation, Labor Market; Occupational Categories.

JEL Classifications: J31; J24 e C31

Área 12 - Economia do Trabalho

¹ Mestre em Economia/UEL - Grupo de Pesquisa Tecnologia, Trabalho e Desenvolvimento

² Profª Adjunta/PCE/UEM - Grupo de Pesquisa Tecnologia, Trabalho e Desenvolvimento

³ Profª Associada/UEM – Grupo de Pesquisa Tecnologia, Trabalho e Desenvolvimento

⁴ Profª Associada/CME/UEL - Grupo de Pesquisa Tecnologia, Trabalho e Desenvolvimento

1 Introdução

Os diferenciais de salários no mercado de trabalho constituem um tema recorrente na literatura pertinente, onde duas abordagens teóricas concorrem entre si na busca por explicação das causas destes diferenciais: a teoria do capital humano e a teoria da segmentação. A primeira, em sua versão mais acabada, é atribuída a Schultz (1960 1961)⁵ e Becker (1964) e toma por pressuposto que o mercado de trabalho é contínuo, sugerindo uma perfeita mobilidade dos trabalhadores das classes de salários mais baixos para as de salários mais altos, possibilitada pela incorporação crescente de capital humano.

As análises do capital humano privilegiam o lado da oferta de trabalho, ao se enfatizarem as características individuais dos trabalhadores na determinação de suas oportunidades no mercado de trabalho, bem como de sua renda. Deste modo, maiores salários são compatíveis com maior nível de investimento em capital humano e a hierarquia salarial é resultado de tais diferenças. (Muls, 1999). As variações no capital humano dos indivíduos vão determinar sua ocupação e seu rendimento, portanto.

Lima (1980) aponta diversas críticas à teoria do Capital Humano. Uma delas refere-se ao fato de que, ao supor a existência de uma relação entre decisões deliberadas de investimento em capital humano, produtividade e rendimento, esta teoria impede que se apontem, de forma apropriada, as razões que causam as diferenças nas rendas individuais. Ocorre que diferentes pessoas possuem diferentes tipos e quantidades de capital físico e humano, que não resultam apenas da educação formal.

Outro tipo de crítica apontada pelo autor está relacionado à utilização da taxa de retorno de investimento em autovalor do indivíduo. Um dos problemas é o caráter estático desse modelo, enquanto as taxas de retorno do investimento em educação estão sempre mudando. No seu entender há evidência empírica de que a importância da taxa de retorno para as decisões de investimento em educação é praticamente desprezível.

Por fim, consideram-se os argumentos que mostram que as escolas não geram meramente um produto cognitivo, mas diferentes tipos de socialização, sinais e credenciais que influenciam os rendimentos futuros dos estudantes.

Foi o conjunto dessas críticas que levou ao desenvolvimento da segunda abordagem acima referida: a teoria da segmentação que, ao invés de enfatizar a educação na determinação da distribuição da renda, preocupa-se com o local em que a renda é gerada: o posto de trabalho.

Nesta segunda abordagem, o mercado de trabalho é descontínuo, apresentando dois segmentos, primário e secundário, que se distinguem segundo as condições de trabalho e o tipo de ocupação inerente a cada um destes.

No segmento primário abrigam-se os empregos regidos por relações de trabalho formais e estáveis próprias das grandes empresas oligopolistas, e ainda pode ser compartimentado em dois: primário independente ou criativo, onde se encontram os trabalhadores do topo da pirâmide salarial, os quais exercem funções inerentes às tomadas de decisões das grandes empresas e requerem capacidade de iniciativa própria e criatividade. O outro sub-segmento é o primário dependente ou rotineiro, onde se encontram os trabalhadores que exercem ocupações rotineiras do chão de fábrica, dos escritórios e burocráticas da administração pública direta e indireta. (Cacciamali, 1978)

Neste segmento primário, as ocupações e as condições de trabalho são tais que os níveis salariais são mais elevados vis-à-vis os níveis salariais vigentes no segmento secundário, onde as

⁵ Schultz (1960) define capital humano como o conjunto de habilidades cognitivas, adquiridas por meio do investimento em educação formal (escolaridade e educação do mais alto nível), treinamento realizado no próprio local de trabalho, (*on de job training*), migração, saúde e informação. Deste modo, atributos técnicos podem ser alterados por meio do investimento no homem, o qual seria suscetível à mudança técnica.

ocupações requerem um mínimo de qualificação e as condições de inserção da mão-de-obra são as mais precárias. (Lima, 1980; Cacciamali, 1978)

Tais segmentos constituem o *locus* de inserção das ocupações segundo fatores históricos que permitem a separação dos trabalhadores entre os empregos de alta e baixa produtividade (bons e maus empregos, de mercado primário ou secundário), ou aqueles restritos às pessoas das classes dominantes e das classes periféricas. (Lima, 1980).

Nessa perspectiva, os salários são influenciados pelas condições inerentes a cada um dos segmentos, primário e secundário, em que as ocupações estão inseridas. Condições estas que exprimem diferentes correlações de forças entre empregadores e empregados e, por conseguinte, diferenciais de salários. Ainda de acordo com o referido autor, as empresas são moldadas por valores sociais e culturais, que podem facilitar ou criar barreiras às oportunidades de trabalho, o que favorece o surgimento das disparidades salariais.

Nessa perspectiva, desfaz-se a relação de causação direta entre educação (e treinamento) e salários, conforme defendida pela teoria do capital humano, não obstante a educação exerça papel preponderante na inserção dos trabalhadores, segundo suas competências nos diferentes segmentos do mercado de trabalho. (Lima, 1980)

Ainda, nessa perspectiva é plausível admitir que, dentro de cada segmento, a relação referida possa confirmar-se, pois se admite a mobilidade de trabalhadores intra - segmento, mas não entre estes e tampouco entre o primário dependente e o independente. Acresce que, cada segmento introjeta condições, econômicas, sociais, organizacionais, históricas peculiares, que definem a natureza e o tipo de ocupação aí inserida.

Em outras palavras, se a teoria do capital humano sugere que níveis mais altos de educação correspondem a níveis mais altos de renda, a teoria da segmentação admite que se as ocupações forem classificadas segundo sua natureza, o papel da educação na determinação do rendimento tende a diminuir, sobretudo naqueles segmentos caracterizados por maior rotatividade da mão de obra, salários relativamente baixos, más condições de trabalho, baixa produtividade do trabalho e estagnação tecnológica.

É no âmbito da teoria da segmentação que se insere o presente estudo, tendo em vista dois objetivos: *i*) Averiguar, empiricamente, para seis categorias ocupacionais, inerentes aos segmentos primário e secundário do mercado de trabalho, a presença de diferenciais de salários entre estas; *ii*) Analisar se (e até que ponto), variáveis tais como cor, gênero, idade e educação são determinantes dos diferenciais de salários dentro de cada uma destas categorias ocupacionais. Para se alcançarem tais objetivos, o presente estudo utiliza-se da metodologia de regressões quantílicas, aplicada aos dados da PNAD para o ano de 2009.

Na sequência desta introdução, são apresentadas algumas evidências empíricas sobre os determinantes dos diferenciais de salários no Brasil. Na seção três empreende-se uma discussão sobre a estatística descritiva dos dados da PNAD de 2009 comparados aos dados da PNAD de 1999, quanto às variáveis mais relevantes para determinação dos diferenciais nos rendimentos do trabalho assalariado. Em seguida trata-se dos procedimentos metodológicos. Na seção cinco encontram-se os resultados das regressões quantílicas aplicadas aos diferentes grupos ocupacionais identificados. Por fim, apresentam-se as considerações finais.

2. Evidências empíricas sobre a existência de diferencial de rendimentos no mercado de trabalho brasileiro.

Apesar da documentada tendência a uma maior igualdade no mercado de trabalho brasileiro, quando se compara o rendimento do trabalho principal, o diferencial de salários ainda persiste e têm sido motivação para diversas análises empíricas no Brasil.

A variável educação tem sido explorada como uma das variáveis capazes de explicar a existência de diferenciais de rendimentos no mercado de trabalho brasileiro, mas como se verá na seção 4 do presente estudo, um nível de educação mais elevado pode ser uma condição necessária, mas não suficiente para o acesso à parte mais rica da distribuição de rendimentos. Tal relação pode se dar no nível particular (dentro de um dado segmento do mercado de trabalho), mas não pode ser tomada como regra geral. Não pode ser tomada para o mercado de trabalho como um todo, haja vista as descontinuidades que lhe são peculiares.

Outros estudos empíricos também mostram que há um persistente diferencial de rendimentos entre homens e mulheres, que não pode ser atribuído a um menor nível de educação das mulheres, tendo em vista que desde a década de 1970 elas já possuíam maior nível de escolaridade em comparação com os homens. Tendo em vista esses argumentos, outras variáveis são exploradas como base para explicação dos determinantes do diferencial de rendimentos do trabalho no Brasil.

Por exemplo, Barros *et al.* (1997) analisa evidências sobre a relação entre a inserção ocupacional e as desigualdades do rendimento dos trabalhadores com baixa escolaridade (4 anos de estudo). Envolvendo dados estatísticos da Pesquisa Mensal do Emprego (PME) dos anos de 1983 até 1993 para a Região Metropolitana de São Paulo, o estudo agrupa as ocupações em 19 categorias ocupacionais⁶.

Os resultados da pesquisa mostram que o diferencial salarial entre os extremos do espectro ocupacional é elevado, as ocupações da indústria metalúrgica, por exemplo, recebem salários cerca de três vezes superiores às ocupações dos serviços domésticos. Os referidos autores constatam que a inserção ocupacional é capaz de explicar algo em torno de 25% da desigualdade salarial entre trabalhadores com baixa escolaridade, demonstrando a importância do papel das condições históricas em que se insere determinada ocupação na explicação dos diferenciais de rendimentos no mercado de trabalho.

Nesta mesma linha de argumentação Flori (2007) faz uma comparação do rendimento em cada grupo de ocupação nos anos de 1984 e 2001 por região metropolitana. Resultados dessa investigação implicam aumento do rendimento em todas as categorias ocupacionais em 2001, exceto para os trabalhadores dos serviços administrativos, permanecendo estes com o mesmo nível de rendimento. Os profissionais das ciências e das artes é o grupo ocupacional com rendimentos mais elevados entre os dois anos da análise. Apesar dos trabalhadores de serviços apresentarem o maior aumento relativo ao rendimento neste período, eles são os de menor rendimento por hora. Assim, parte deste aumento salarial pode ser devido ao incremento educacional ocorrido entre os trabalhadores desse grupo.

O referido autor ainda discute a relevância de se analisar a variação da renda dentro de cada ocupação, para observar se esses aumentos de rendimentos foram em virtude do crescimento dos rendimentos dos mais ricos ou dos mais pobres.

Em um enfoque mais específico, este estudo ao comparar o rendimento de homens e mulheres em 1984 e 2001, aponta que a única ocupação em que a força de trabalho feminina ganha mais é a de técnico de nível médio. Na ocupação dos trabalhadores de serviços, essa diferença vem sendo reduzida, porém o maior diferencial dos rendimentos em relação ao gênero está na ocupação de profissionais das ciências e das artes.

Por meio de uma regressão do logaritmo do salário contra a idade e o sexo de cada trabalhador, o autor identifica uma elevada desigualdade interna dos rendimentos do grupo de comerciantes por conta própria. Isso pode ser pensado pelas diferenças salariais por gênero e idade, uma vez que, controladas essas duas variáveis, a heterogeneidade desse grupo torna-se semelhante aos demais grupos ocupacionais.

Outro autor que se dedica a investigação dessa relação é Maia (2006), que analisa a distribuição do rendimento do trabalho principal no mercado de trabalho brasileiro nos anos de

⁶ Para maiores informações sobre o agrupamento das ocupações vide Barros (1997).

1981 até 2005, destacando as transformações ocorridas nos diferentes grupos ocupacionais⁷. Segundo o autor, a desigualdade é mais elevada entre os trabalhadores agrícolas e menos desigual nas classes dos trabalhadores assalariados não agrícolas, em que os 10% mais ricos apropriam-se de uma parcela dos rendimentos apenas 1,2 vezes superior à dos 40% mais pobres, contra uma média de 4,5 dos ocupados brasileiros. O estudo ainda aponta que a desigualdade aumentou, sobretudo, entre os trabalhadores das classes dos empregadores, profissionais autônomos e trabalhadores agrícolas por conta-própria.

Evidências apresentadas em Maia (2006) dão conta de um aumento significativo da participação dos ocupados com baixo rendimento em todas as classes ocupacionais. Os grupos ocupacionais de maior prestígio social são os grupos mais desiguais. Embora os primeiros grupos proporcionem melhores oportunidades no mercado de trabalho, estão restritos a poucos ocupados desses grupos, o que contribui para seus elevados índices de concentração dos rendimentos.

Os estudos empíricos mencionados anteriormente demonstram não somente o papel da natureza da inserção ocupacional, mas destacam a existência de outras importantes formas de estratificação como, por exemplo, a discriminação por gênero e cor. A esse respeito, Matos e Machado (2006) investigam os diferenciais de rendimento, considerando a discriminação por sexo e cor. Tomando-se os micro-dados da PNAD de 1987 até 2001 aplicou-se a decomposição de Oaxaca-Blinder, que permite separar o diferencial de rendimentos em duas partes, uma devido à discriminação e outra devido às diferenças de habilidade.

Os resultados da pesquisa apontam que o diferencial de salários entre homens e mulheres, a favor dos homens da mesma cor, tem se reduzido, mas ainda são importantes e associados ao gênero. Quando a comparação é feita no âmbito da cor, para um mesmo sexo, as autoras observam que apenas uma parte do diferencial de rendimentos é explicada pela discriminação de cor, pois também os fatores associados às diferenças de qualificação explicam uma parte importante desse diferencial. A conclusão das autoras é que embora o diferencial de rendimento tenha se reduzido no Brasil ele ainda é explicado pela discriminação por sexo e cor. Principalmente no caso das mulheres, há evidência de forte discriminação, pois elas possuem, em média, mais anos de escolaridade que os homens.

Carvalho, Néri, Silva (2006) também testam a existência de discriminação dos trabalhadores segundo cor e sexo, a qual se reflete diferencial de salários. A análise é feita utilizando dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2003 e decomposição do diferencial de rendimento em efeitos provenientes das características individuais (escolaridade, experiência ou local de residência) e da discriminação. Concluem que o procedimento de Heckman corrige o viés de seleção das informações dos salários e é adequado para obter estimativas consistentes dos parâmetros da equação salarial. A estimativa do coeficiente de discriminação a partir da equação de salários com correção é de 0.30 entre homens e mulheres de cor branca, 0.18 entre homens de cor preta e 0.95 entre homens de cor branca e as mulheres de cor preta.

Tomando-se por base os estudos empíricos apresentados, pode-se afirmar que as variáveis, educação, natureza ocupacional e discriminação por sexo e cor colocam-se como os determinantes dos diferenciais de salários no Brasil.

Buscando contribuir para o tema, este artigo vale-se dos modelos de regressão quantílica, aplicados aos dados da PNAD de 2009, com o intuito de estabelecer uma medida da importância de cada uma das variáveis mencionadas na determinação destes diferenciais. Para dar conta desta tarefa, apresenta-se na próxima seção uma descrição dos dados da PNAD e em seguida um uma análise de regressões quantílicas, cujos resultados também sugerem evidências empíricas adicionais.

⁷ Para maiores informações sobre o agrupamento das ocupações vide Maia (2006).

3. Análise exploratória do diferencial de rendimentos nas ocupações em 2009

3.1 Da base de dados

O presente estudo tem por base as informações coletadas na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2009 e de 1999. Esta Pesquisa tem periodicidade anual desde 1971, sendo interrompida por ocasião dos Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991 e 2000. Trata-se de um levantamento anual, realizado por meio de uma amostra dos domicílios, que abrange todo o país. O procedimento metodológico adotado pelo IBGE implica que cada pessoa da amostra representa um determinado número de pessoas da população. Os dados individuais desse trabalho são fornecidos com o peso ou fator de expansão de cada indivíduo, que permite que os dados sejam elaborados ponderando-se cada observação pelo respectivo peso.

De acordo com as notas metodológicas do IBGE (2007), as ocupações foram especificadas segundo a Classificação Brasileira de Ocupações – Domiciliar (CBO). Consideram-se rendimentos de trabalho aqueles decorrentes dos pagamentos brutos mensais aos empregados, empregadores e conta própria advindos do trabalho principal. O trabalho principal é o trabalho único que a pessoa de dez ou mais anos de idade teve no período da pesquisa (semana de referência da PNAD), impondo-se outros critérios para casos especiais.

As ocupações estão divididas em seis grupos: Dirigentes (DIR), Profissionais das Ciências e das Artes (PCA), Técnicos de Nível Médio (TMED), Trabalhadores de Serviços Administrativos (SADM), Trabalhadores dos Serviços (SERV), Trabalhadores da Produção de bens e serviços industriais e de reparação e manutenção (TPROD).

Da perspectiva da segmentação do mercado de trabalho, é plausível admitir que as categorias DIR e PCA sejam próprias do segmento primário independente, enquanto as categorias TMED e SADM sejam próprias do primário dependente. As outras duas, SERV e TPROD, podem ser admitidas nos segmentos primário dependente e secundário.

Quanto à cor, as variáveis estudadas classificam-se em brancos e não brancos (amarelo, negro e pardo). Os grupos de escolaridade são definidos em quatro intervalos de períodos de estudo: de zero até 4 anos, de 5 até 8 anos, de 9 até 11 anos e de 12 ou mais anos de estudo. O perfil etário divide-se em três faixas etárias: de 16 até 24 anos, de 25 até 39 anos e de 40 até 65 anos.

3.2 Dos resultados

Numa primeira aproximação aos dados, realiza-se uma análise descritiva, buscando avaliar a situação dos diferenciais de salários no mercado de trabalho brasileiro, considerando-se natureza das ocupações, como fator desigualdade do rendimento. Com este intuito são estimados os diferenciais de rendimentos entre as referidas ocupações, para os dados da PNAD de 1999 e 2009 (comportamento evidenciado na tabela 1).

Em seguida, são estimados os diferenciais de salários em relação a cada ocupação, considerando as características: escolaridade (fator produtivo) e cor, gênero e idade, como fatores não produtivos. Em seguida os resultados são comparados com os dados da PNAD de 1999. (Tabelas 2, 3 e 4)

Os resultados obtidos na análise descritiva sugerem que o rendimento médio, em termos reais, é mais elevado para os grupos Dirigentes (DIR) e Profissionais das Ciências e das Artes (PCA), enquanto o menor rendimento foi observado para os grupos Trabalhadores dos serviços (SERV) e Trabalhadores da produção de bens e serviços e industriais (TPROD), no nível

intermediário, encontram-se os grupos: Técnicos de Nível Médio (TMED) e Trabalhadores dos Serviços Administrativos (SADM).

Os resultados explicitados na tabela 1 parecem corroborar a tese da segmentação do mercado de trabalho, na medida em que fica evidenciada uma diferenciação nos rendimentos do trabalho, entre as ocupações, classificadas segundo sua natureza, a qual remete cada uma destas para o respectivo segmento do mercado de trabalho.

Tabela 1-Distribuição do rendimento médio real do trabalho nas ocupações, 1999 e 2009. (Em R\$)

Ocupações*	Brasil	
	1999	2009
DIR	1.688,79	1.788,76
PCA	1.419,64	1.834,08
TMED	766,85	856,39
SADM	510,47	542,51
SERV	319,72	373,06
TPROD	435,78	496,99

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNAD de 1999 e 2009.

*DIR (Dirigentes), PCA (Profissionais das Ciências e das Artes), TME (Técnico de Nível Médio), SADM (Serviços Administrativos), SERV (Trabalhadores do Serviço), TPROD (Trabalhadores da Produção).

Quanto à estimativa dos diferenciais de salários para cada categoria ocupacional, segundo as características tais como escolaridade, gênero, cor e a idade, inicialmente investiga-se a possibilidade de presença de diferenciais de rendimentos das ocupações em relação ao gênero. A tabela 2 mostra os resultados exibindo um crescimento de 2,89% nas mulheres ocupadas e uma redução de -2,22% dos homens ocupados de 1999 até 2009.

Há que se ressaltar o consenso na literatura sobre aumento da participação feminina no mercado de trabalho na contemporaneidade. No caso em apreço, isto acontece para todas as ocupações, exceto nos Trabalhadores da Produção. As mulheres são a maioria nas ocupações de Profissionais das Ciências e das Artes, Serviços Administrativos e Trabalhadores dos Serviços.

Tabela 2 – Distribuição percentual do número de ocupados em cada ocupação, por gênero, em 1999 e 2009.

Ocupações x Gênero	Brasil					
	1999			2009		
	Mulher	Homem	Total	Mulher	Homem	Total
DIR	2,21	4,45	6,66	2,31	4,00	6,31
PCA	4,55	3,32	7,87	5,14	3,56	8,70
TMED	4,48	5,03	9,50	4,41	5,29	9,70
SADM	6,07	4,33	10,40	6,62	4,52	11,14
SERV	21,73	14,33	36,06	21,86	13,98	35,84
TPROD	4,45	25,06	29,51	4,41	23,90	28,31
TOTAL	43,49	56,51	100	44,75	55,25	100

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Pnad de 1999 e 2009.

O gráfico 1 ilustra o diferencial de rendimento entre homens e mulheres em relação às ocupações em 2009. Resultados mostram que essa diferença é mais significativa nas ocupações denominadas Profissionais das Ciências e das Artes (45%) e Dirigentes (30%). Os resultados obtidos indicam que as mulheres ganham, em média, menos do que os homens em todas as ocupações, inclusive nas ocupações com características femininas. Os Trabalhadores dos Serviços Administrativos foi o grupo que apresentou a menor diferença dos rendimentos (16,70%). Cabe mencionar que esse grupo é composto, em sua maioria, por mulheres, o que contribui para uma menor diferença no rendimento desse grupo.

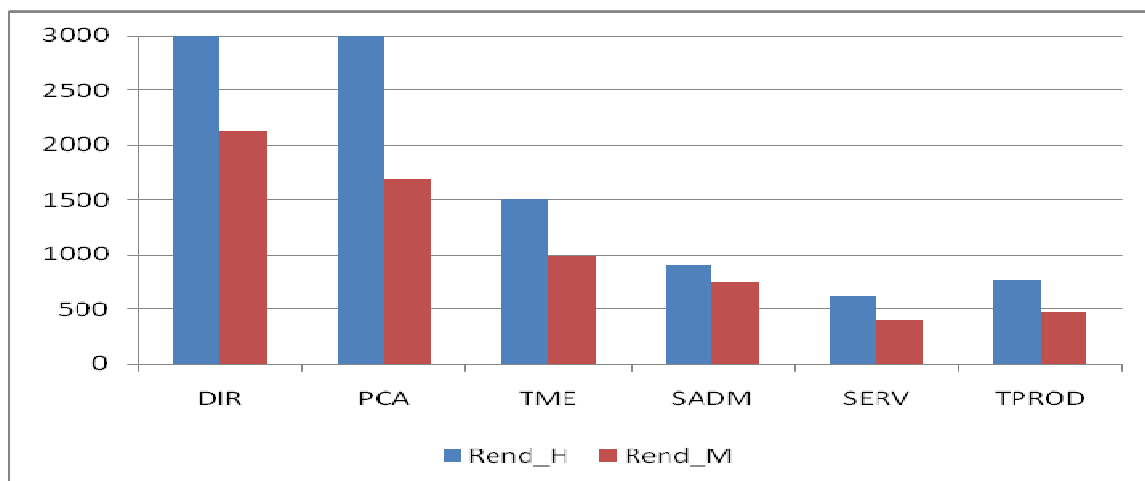


Gráfico 1 – Rendimentos de homens e mulheres por ocupação.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Pnad de 2009.

Uma segunda variável a ser estudada é a cor (branco e não-branco). Na tabela 3 que evidencia a proporção dos indivíduos em cada ocupação de acordo com a cor, nota-se que os Dirigentes de cor branca estão em maior proporção nessa ocupação, porém, a variação percentual de 1999 até 2009 dos não brancos foi significativa (9,8%), apesar de serem em menor número. Vale ressaltar que o esse aumento deveu-se a um maior contingente de trabalhadores pardos nessa ocupação. O número de Dirigentes brancos reduziu-se em 8,13%.

Com efeito, os indivíduos brancos que atuam no grupo dos Trabalhadores do Serviço apresentaram uma queda de 7,12% e os não brancos aumentaram 19,05%. Os Trabalhadores da Produção apresentaram uma redução de 13,38% de brancos e uma expansão de 27,77% de não-brancos. Observa-se aumento da população não branca em ocupações de topo e de base, neste último caso, de forma mais evidente. Além disso, estão conquistando espaço nas ocupações cujas diferenças de rendimento são menores.

Tabela 3 – Distribuição percentual dos ocupados em cada ocupação por cor em 1999 e 2009.

Ocupações x Raça	Brasil					
	1999			2009		
	Brancos	Não Branco	Total	Brancos	Não Branco	Total
DIR	5,04	1,53	6,66	4,63	1,68	6,31
PCA	6,07	1,69	7,87	6,3	2,4	8,70
TMED	6,12	3,32	9,50	5,83	3,87	9,70
SADM	6,86	3,49	10,40	6,8	4,34	11,14
SERV	18,01	17,92	36,06	16,54	19,31	35,84
TPROD	15,68	13,75	29,51	13,67	14,63	28,31
TOTAL	57,78	41,7	100	53,77	46,23	100

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Pnad de 1999 e 2009.

O gráfico 2 registra o rendimento das ocupações segundo a cor. Neste caso, a diferença salarial é menor nas ocupações de renda inferior: Trabalhadores dos Serviços Administrativos (22,11%), Trabalhadores dos Serviços (18,65%) e Trabalhadores da Produção (24%). Já nos grupos que ganham uma renda maior, esse diferencial é mais significativo; Dirigentes 30,59% e Profissionais das Ciências e das Artes, 30,53%. Cabe mencionar que, assim como observado na tabela 2, os resultados indicam que os brancos estão deslocando-se das atividades ligadas aos grupos de renda mais baixa e, em contrapartida, está ampliando a proporção dos não brancos nessas ocupações. Esse fato indica que apesar dos trabalhadores não brancos terem aumentado sua participação no mercado de trabalho, ainda ocupam, em sua maioria, os cargos de rendimentos mais baixos, embora tenha ocorrido uma melhora nessa desigualdade quando comparada com o ano de 1999.

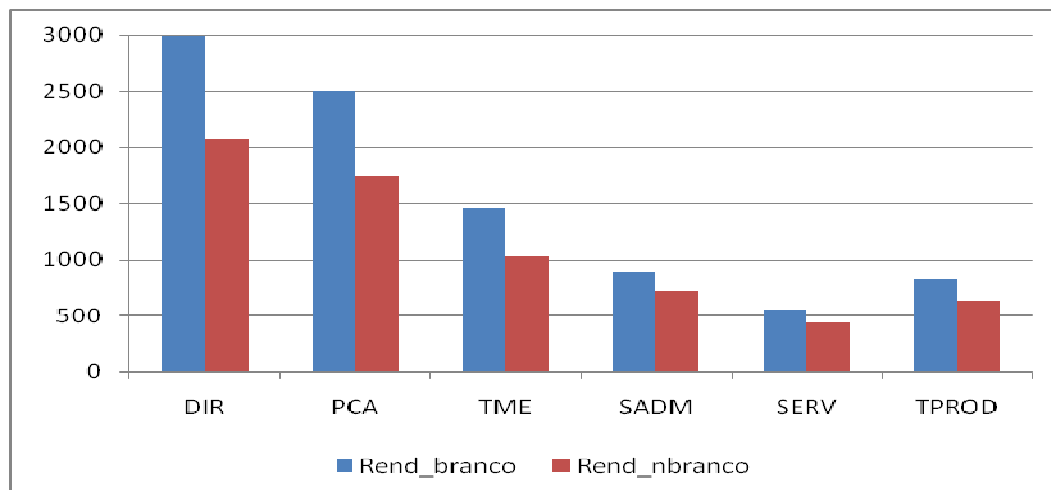


Gráfico 2 – Rendimentos de ocupados brancos e não brancos por ocupação.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Pnad de 2009.

Ainda com relação às características de gênero e cor, o Gráfico 3 mostra o comportamento das diferenças dos rendimentos entre o homens (mulheres) brancos(as) e não-brancos(as) por ocupação. De acordo com tal comportamento, a renda do trabalho do homem branco é superior em todos os grupos ocupacionais quando comparados com a renda dos homens não brancos. Esse diferencial é mais acentuado nas ocupações Profissionais das Ciências e das Artes (45%) e Dirigentes (41%). O menor diferencial, em relação aos homens, está entre a renda dos Trabalhadores dos Serviços Administrativos (20,61%).

Em relação às mulheres de cor branca e não branca, verifica-se que o maior diferencial de rendimento está entre as trabalhadoras Dirigentes (40,15%), seguido das Profissionais das Ciências e das Artes (32,43%). A mão de obra feminina empregada nos Serviços Administrativos (14,68%), nas Trabalhadoras dos Serviços (15,59%) e na Produção (16,99%) apresentou uma renda menos desigual.

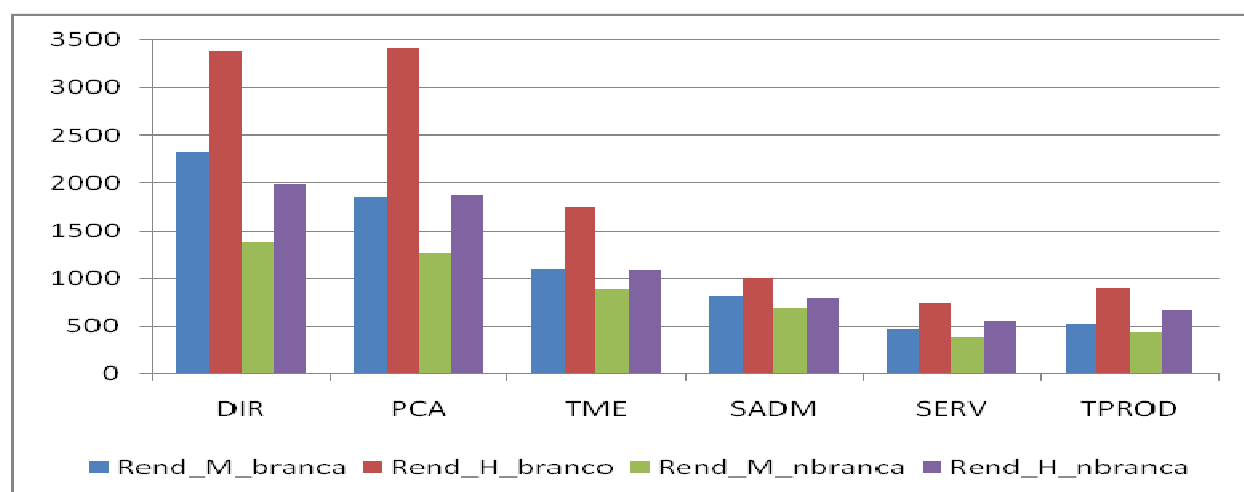


Gráfico 3-Diferença nos rendimentos dos Homens e das Mulheres Brancos e Não-Brancos por Ocupação.

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados da Pnad de 2009.

Dada uma heterogeneidade das ocupações, os resultados dessa pesquisa sugerem que os ocupados não brancos auferem rendimentos inferiores aos trabalhadores brancos em todas as ocupações. Além disso, as mulheres ganham menos do que os homens em todos os grupos estudados. Essa diferença é mais perceptível nas ocupações Dirigentes e Profissionais das

Ciências e das Artes. Apesar dos avanços observados, as mulheres ainda têm uma inserção ocupacional mais estreita, concentrando-se em algumas atividades e auferindo rendimentos menores. Observou-se uma segmentação causada, por exemplo, pelo sexo e pela cor.

Além do gênero e da cor, outra variável que pode ajudar a entender a desigualdade dos rendimentos é a escolaridade. A participação média dos trabalhadores por escolaridade é ilustrada tabela 4. Houve uma queda do número de ocupados nas faixas de 0 até 4 e de 5 até 9 anos de estudo, em todos os grupos ocupacionais no período analisado.

Tabela 4 – Distribuição percentual dos ocupados por anos de escolaridade 1999 e 2009.

Ocupações x Anos de Estudo	Brasil									
	1999					2009				
	00 a 04	05 a 08	09 a 11	Acima 12	Total	00 a 04	05 a 08	09 a 11	Acima 12	Total
DIR	0,56	1,17	2,31	2,62	6,66	0,43	0,87	2,19	2,83	6,31
PCA	0,20	0,37	1,08	6,22	7,87	0,15	0,41	1,09	7,04	8,70
TMED	0,51	1,47	4,90	2,62	9,50	0,36	1,10	4,80	3,43	9,70
SADM	0,46	1,96	5,77	2,21	10,40	0,36	1,58	6,21	2,99	11,14
SERV	12,56	13,81	8,50	1,18	36,06	9,57	12,77	11,64	1,86	35,84
TPROD	11,07	12,16	5,73	0,53	29,51	8,17	11,36	8,00	0,78	28,31
TOTAL	25,36	30,94	28,29	15,38	100	19,04	28,09	33,93	18,93	100

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Pnad de 1999 e 2009.

Observa-se que os Dirigentes e Profissionais das Ciências e das Artes são mais qualificados, ou seja, possuem mais de nove anos de estudo. Destacam-se, em média, na faixa acima de 12 anos de estudo. Os Técnicos de Nível Médio e os Trabalhadores dos Serviços Administrativos mais presentes na faixa de 9 até 11 anos de estudo.

Quanto aos Trabalhadores dos Serviços e da Produção, estes são menos qualificados, ou seja, quando comparados com os outros grupos, apresentam a maior média de ocupados nos intervalos entre 0 até 4 anos e de 5 até 8 anos de estudo. Outro ponto relevante foi o aumento da variação percentual do grupo acima de 12 anos para os grupos de menor renda, em particular para os Trabalhadores dos Serviços (7,41%). O número de Dirigentes nessa faixa teve uma variação de 5,26% e os Profissionais das Ciências e das Artes de 2,33%.

A partir da decomposição do número de ocupados em cada faixa de escolaridade é possível observar que os trabalhadores estão de fato procurando um maior grau de escolaridade. É o que se constata no gráfico 4 que ilustra o diferencial de rendimento para cada ocupação em relação à escolaridade, confirmando-se a expectativa de que, para a faixa acima de 12 anos de estudo o rendimento é mais elevado em todos os grupos ocupacionais; e menor, para os trabalhadores com menos de 4 anos de estudo. Destaca-se os ocupados entre 9 e 12 anos de estudo, pois para o ano de 2009 apresentaram rendimento um pouco inferior à faixa de 5 a 9 anos.

Outra variável explorada neste estudo para analisar a diferença do rendimento segundo as ocupações foi a idade dos ocupados. A tabela 5 ilustra a distribuição do perfil etário por diferentes grupos ocupacionais.

Constata-se que no período analisado é notável a diminuição da participação da faixa de 16 a 24 anos de idade no mercado de trabalho, cuja taxa de variação foi negativa nos Profissionais das Ciências e das Artes (2,11%), Técnicos de Nível Médio (7,58%), Trabalhadores dos Serviços (12,79%) e Trabalhadores da Produção (11,43%), e, de forma oposta, as ocupações de Serviços Administrativos expandiram em 1,05%.

É consenso na literatura a dificuldade de inserção no mercado de trabalho enfrentada pelos jovens, notadamente pela falta de experiência. Nos anos de 1990, este grupo etário enfrentou maiores dificuldades de acesso aos empregos formais, notadamente por causa das altas taxas de desemprego aberto vigentes na economia brasileira e o crescente aumento da informalidade. (Braga e Rodarte, 2006).

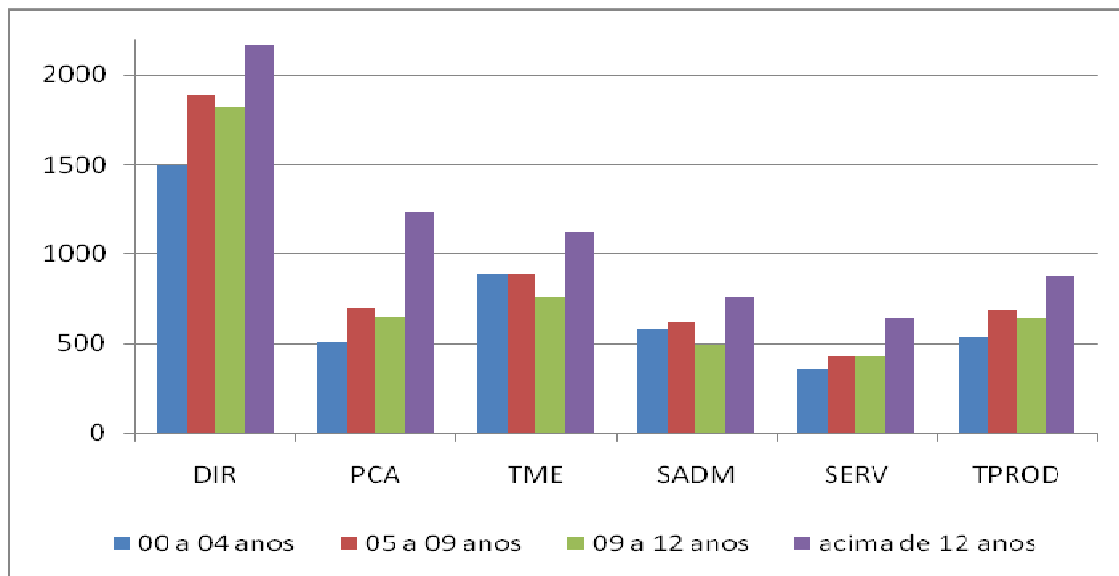


Gráfico 4 – Diferença entre os rendimentos por escolaridade em cada ocupação.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Pnad de 2009.

Segundo Cardoso Jr. (2007), Ramos (2007) e Pochmann (2006), se nos anos de 1990, o mercado de trabalho foi marcado pelo desemprego, pela informalidade e relações precárias de trabalho, na década de 2000, passou por várias transformações, tais como, redução do desemprego, aumento de trabalhadores com carteira assinada, política de valorização do salário mínimo e queda na desigualdade de renda. Essas mudanças fizeram-se sentir no aumento do número de trabalhadores em todos os grupos ocupacionais na faixa de 40 até 65 anos de idade.

Tabela 5 – Distribuição percentual dos ocupados em cada ocupação por faixa etária em 1999 e 2009.

Ocupações x Faixa Etária	Brasil							
	1999				2009			
	16 a 24	25 a 39	40 a 65	Total	16 a 24	25 a 39	40 a 65	Total
DIR	0,45	2,87	3,34	6,66	0,49	2,46	3,36	6,31
PCA	0,95	3,64	3,28	7,87	0,93	3,99	3,77	8,70
TMED	1,98	4,33	3,19	9,50	1,83	4,26	3,61	9,70
SADM	3,81	4,40	2,19	10,40	3,85	4,69	2,59	11,14
SERV	8,13	14,84	13,09	36,06	7,09	14,71	14,04	35,84
TPROD	6,21	12,36	10,94	29,51	5,50	11,47	11,34	28,31
TOTAL	21,53	42,44	36,03	100	19,69	41,58	38,71	100

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Pnad de 1999 e 2009.

O gráfico 5 onde se explicita a diferença nos rendimentos das ocupações por faixa etária. Verificou-se que indivíduos na faixa de 40 até 65 anos apresentam maiores rendimentos, seguido da faixa de 25 até 39 anos de idade, seguidos pela faixa etária dos mais jovens. Esse comportamento ficou evidenciado em todas as ocupações, exceto nos Técnicos de Nível Médio, que tiveram praticamente o mesmo rendimento entre os mais jovens e mais velhos. Observa-se um aumento na participação dos trabalhadores entre 40 e 65 anos de idade nas ocupações de maiores rendimentos auferidos. Os dados indicam que o mercado de trabalho ainda apresenta desigualdade salarial quando se leva em conta características como sexo, cor, escolaridade, perfil etário e quanto às ocupações.

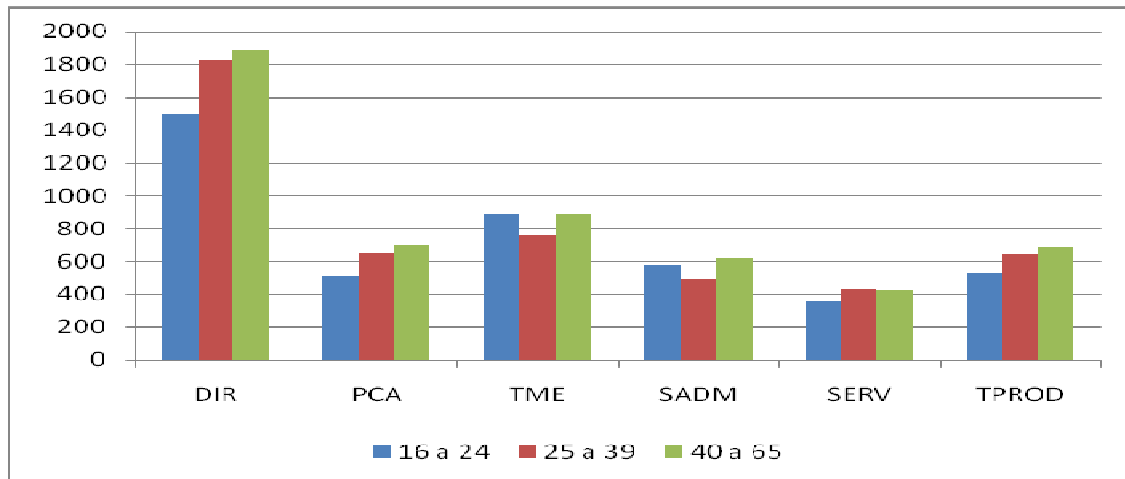


Gráfico 5 – Diferença entre os rendimentos por faixa etária em cada ocupação.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Pnad de 2009.

Não obstante as melhorias observadas no mercado de trabalho, no período estudado, 1999 - 2009, com o aumento da geração de mais postos de trabalho, crescimento no rendimento médio e redução das desigualdades salariais entre as ocupações estudadas, isto não foi suficiente para reduzir significativamente as diferenças salariais no mercado de trabalho brasileiro.

4. Análise empírica da relação entre ocupação e rendimento

4.1 Da metodologia de regressões quantílicas

Machado e Mata (2005) propõem uma metodologia baseada na estimação da distribuição marginal de salários consistente com a distribuição condicional estimada por regressões quantílicas. $Q_{\theta}(w/z)$, sendo $\theta \in (0,1)$, são os quantis (θ) da distribuição (em log) dos salários (w) dado um vetor z , de co-variáveis importantes para explicar o diferencial de salários.

A regressão quantílica condicional (1), $\beta(\theta)$ é o vetor de coeficientes da regressão quantílica:

$$Q_{\theta}(w/z) = z' \beta(\theta) \quad (1)$$

Assim, para um dado $\theta \in (0,1)$, $\beta(\theta)$ pode ser estimado pela minimização de β , conforme sugerido por Koenker e Bassett (1978)

$$n^{-1} \sum_{i=1}^n \rho_{\theta}(w_i - z_i' \beta) \quad (2)$$

$$\rho_{\theta}(u) = \begin{cases} \theta u & \text{para } u \geq 0 \\ (\theta - 1)u & \text{para } u < 0 \end{cases} \quad (3)$$

O processo condicional quantílico oferece uma caracterização completa da distribuição condicional de salários e os seus coeficientes podem ser integrados como uma taxa de retorno das habilidades no mercado de trabalho em diferentes pontos da distribuição condicional de

salários. Cabe mencionar apenas que sendo um modelo log-linear, é possível a interpretação dos coeficientes como elasticidades, utilizando-se o antilog dos coeficientes obtidos.

Valendo-se desta metodologia, são estimados dois modelos. O primeiro tem por objetivo identificar se a ocupação é importante para explicar o rendimento nos diferentes quantis de renda, conforme a equação seguinte:

$$\ln w = \alpha + \beta_1 \text{escolaridade} + \beta_2 \text{idade} + \beta_2 \text{idade}^2 + \beta_4 \text{branco} + \beta_5 \text{fem} + \beta_6 \text{ocupação} + \varepsilon \quad (4)$$

Na equação (4), a variável dependente da equação é o logaritmo natural do rendimento do trabalho principal e as variáveis explicativas: nível de escolaridade; idade e idade ao quadrado; sexo; cor e ocupação.

As variáveis binárias nesse modelo são: fem, branco e dirigente. Ou seja, fem assume valor igual a 1 quando mulher e 0 caso contrário. A variável branco assume valor igual a 1 quando a cor é branca e 0 quando é não branco (negro, amarelo e pardo) e, de forma análoga, foram criadas *dummies* para as ocupações estudadas, sendo que a ocupação assume valor igual a 1 quando Dirigentes e 0 nas demais ocupações. O modelo foi rodado para indivíduos de 0 a 17 anos de estudo e com perfil etário de 10 a 60 anos de idade.

O segundo modelo estima uma equação de rendimentos para cada uma das ocupações, visando identificar como cada variável determinante do rendimento se manifesta nas diferentes ocupações classificadas ao longo dos quantis de renda. A equação (5) ilustra esse modelo em que i representa as diferentes categorias ocupacionais:

$$\ln w_i = \alpha + \beta_1 \text{escolaridade}_i + \beta_2 \text{idade}_i + \beta_2 \text{idade}_i^2 + \beta_4 \text{branco}_i + \beta_5 \text{fem}_i + \varepsilon_i \quad (5)$$

4.2 Dos resultados

Os resultados alcançados revelam-se consistentes com os da análise descritiva dos dados. Independentemente do percentil analisado, o log do rendimento da ocupação Dirigentes e Profissionais das Ciências e das Artes é maior que o das outras ocupações, sugerindo, a existência de desigualdade nos rendimentos dos grupos ocupacionais (tabela 6).

Tabela 6 – Rendimento nos percentis por ocupação.

Ocupação	p10 (lnw)	p25 (lnw)	med (lnw)	p75 (lnw)	p90 (lnw)
DIR	6,397	6,908	7,484	8,006	8,517
PCA	5,991	6,551	7,244	7,937	8,517
TMED	5,940	6,215	6,685	7,313	7,863
SADM	5,940	5,991	6,370	6,795	7,313
SERV	4,942	5,704	5,940	6,261	6,685
TPROD	5,521	5,940	6,310	6,685	7,090

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Pnad de 2009.

Para investigar a disparidade de renda em cada ocupação utiliza-se o cálculo do Coeficiente de Gini⁸ e do índice de Theil⁹, cujos coeficientes podem variar de 0 a 1, sendo que 0 exprime uma situação em que todos possuem uma mesma renda e 1 a situação na qual a renda se concentra em uma só pessoa, portanto, quanto mais próximo de 0 melhor a distribuição em cada ocupação, segundo os referidos indicadores. Os cálculos estão dispostos na Tabela 7.

⁸ O índice de Gini mede a desigualdade de renda no país. Quanto mais próximo de 1 maior é a concentração de renda. Se igual de 1, significa que um indivíduo concentra toda a renda da sociedade. Se igual a zero, significa que não existe concentração de renda (HOFFMANN, 2006).

⁹ O índice de entropia, T de Theil, também é uma medida da desigualdade de uma distribuição, que é nulo quando não houver desigualdade e tende ao infinito quanto maior a desigualdade. O T de Theil é mais sensível a mudanças na renda dos ricos ou no que ocorre na cauda superior da distribuição

Tabela 7 – Índice de Gini e Theil do rendimento as ocupações.

Ocupações	Índice de Gini
DIR	0.494
PCA	0.516
TMED	0.469
SADM	0.379
SERV	0.371
TPROD	0.297
TOTAL	0.382
Ocupações	Índice de Theil
DIR	0.474
PCA	0.485
TMED	0.409
SADM	0.285
SERV	0.292
TPROD	0.297
TOTAL	0.297

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Pnad de 2009.

Tanto o índice de Gini, como o índice de Theil, mostram que a categoria de ocupação dos Profissionais das Ciências e das Artes é aquela caracterizada por maior disparidade de rendimentos, seguida pela ocupação intitulada Dirigentes.

Vale destacar que os Profissionais das Ciências e das Artes têm a segunda maior renda. Entre as ocupações menos desiguais, no que se refere ao rendimento do trabalho principal, estão os Trabalhadores do Serviço e os Trabalhadores da Produção. Observa-se, portanto, um contraste entre o potencial de rendimentos e a igualdade de renda entre as ocupações, isto é, aquelas ocupações que são caracterizadas por maior rendimento médio também são marcadas por distribuições de renda mais desiguais entre os trabalhadores que as compõem.

Dando continuidade à análise empírica, a Tabela 8 traz a estimativa de uma equação de salários tradicional, que contempla as variáveis importantes para explicar o rendimento em consonância com a seção 4 do artigo. O objetivo desta regressão é investigar a importância da ocupação para a determinação do rendimento do trabalho, nos diferentes quantis de renda. Isso nos permite observar se as diferentes ocupações são segmentadas pelas variáveis indicadas na primeira coluna da referida tabela.

Tabela 8- Resultado das regressões quantílicas.

	Q10	Q25	Q50	Q75	Q90
escolaridade	0.0990948 (0.0007937*) (124.85**)	0.8449266 (0.0007844*) (108.27**)	0.0889806 (0.0004245*) (209.63**)	0.1038813 (0.0009736*) (106.70**)	0.1184746 (0.049023*) (16.72**)
idade	0.0768145 (0.0013123*) (84.10**)	0.0839145 (0.0010468*) (80.16**)	0.0008507 (0.0008944*) (85.52**)	0.0768145 (0.0008944*) (85.88**)	0.0832987 (0.0015166*) (54.93**)
idade^2	-0.011977 (0.0000165*) (-72.50**)	-0.0008672 (0.0000136*) (-63.72**)	-0.000691 (0.0000114*) (-60.69**)	-0.0006849 (0.0000111*) (-61.79**)	-0.0007118 (0.0000191*) (-37.22**)
Branco	0.218323 (0.0092749*) (23.54**)	0.1985511 (0.0041447*) (65.94**)	0.194946 (0.0051825*) (37.62**)	0.2166925 (0.0039321*) (55.11**)	0.22692 (0.0064216*) (35.34**)
fem	-0.5466107 (0.0073109*) (-74.77**)	-0.4377442 (0.0053026*) (-547.90**)	-0.4099152 (0.0046793*) (-87.60**)	-0.441436 (0.0077162*) (-57.21**)	-0.4805526 (0.0072056*) (-66.69**)
ocupação 1	0.4992435 (0.009869*) (50.59*)	0.5688844 (0.0086269*) (65.94*)	0.6534937 (0.0111286*) (58.72*)	0.6947339 (0.0136543*) (50.88*)	0.736999 (0.0229132*) (32.16*)

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Pnad de 2009.

A referida Tabela 8 indica que a ocupação é fundamental na determinação dos diferenciais de rendimento e que esta variável torna-se mais importante nos quantis de renda mais elevados.

Na tabela 9 encontram-se os resultados da estimativa da equação dos referidos diferenciais de rendimentos para cada ocupação da equação dos referidos diferenciais de rendimentos para cada ocupação, com o objetivo de apreender uma medida da importância das variáveis: escolaridade, idade, sexo e cor em cada uma das ocupações delimitadas.

Tabela 9 - Resultado das regressões quantílicas por ocupação.

Q10						
Lnw	DIR	PCA	TME	SAD	SERV	TPROD
escolaridade	0.0819893 (0.049023*) (16.72**)	0.189796 (0.0066821*) (28.40**)	0.0815019 (0.003241*) (25.15**)	0.0518266 (0.0028463*) (18.21**)	0.0669827 (0.029044*) (26.51**)	0.0693409 (0.0024968*) (27.77**)
Idade	0.0801746 (0.046148*) (17.37**)	0.1050374 (0.005846*) (18.16**)	0.1035913 (0.0057101*) (18.14**)	0.07639 (0.0041457*) (18.43**)	0.1158358 (0.0018498*) (62.62**)	0.1143157 (0.0046383*) (24.65**)
idade^2	-0.0007867 (0.049023*) (-16.72**)	-0.0010892 (0.0000608*) (-17.72**)	-0.0000767 (0.0000608*) (-14.38**)	-0.0008778 (0.0000564*) (-15.57*)	-0.0012448 (0.0012448*) (-40.71*)	-0.0012939 (0.0000625*) (-20.71*)
Branco	0.2160024 (0.000613*) (12.83**)	0.2342141 (0.0273499*) (8.56**)	0.136875 (0.0226211*) (6.00**)	0.096363 (0.0078044*) (12.35**)	0.1918853 (0.0164036*) (11.70*)	0.2475348 (0.00136974*) (18.07*)
Fem	-0.3675455 (0.0205633*) (-17.87**)	-0.465766 (0.389911*) (-11.95**)	-0.36110987 (0.0166585*) (-21.68*)	-0.1159613 (0.0108324*) (-10.71*)	-0.686757 (0.020116*) (-34.14*)	-0.9297767 (0.379097*) (-24.53*)
Cons	3.67996 (0.0964963*) (38.72*)	1.295334 (0.1099442*) (11.78*)	2.894311 (0.1146532*) (25.21*)	3.860747 (0.0851216*) (45.36*)	2.484523 (0.0499158*) (77.99*)	2.808869 (0.0379097*) (32.31*)
Q25						
Lnw	DIR	PCA	TME	SAD	SERV	TPROD
escolaridade	0.0916655 (0.01964*) (46.67**)	0.1711424 (0.001324*) (129.26**)	0.0884703 (0.0055483*) (25.18**)	0.0552293 (0.0510762*) (25.37**)	0.060347 (0.0012727*) (47.38**)	0.0603047 (0.0012727*) (45.17**)
Idade	0.0741891 (0.0052999*) (14.00**)	0.0977883 (0.0004912*) (19.67**)	0.083081 (0.00326871*) (25.18**)	0.0510762 (0.0000445*) (14.86**)	0.0963816 (0.0018157*) (53.08**)	0.0963816 (0.000216*) (29.58**)
idade^2	-0.0006799 (0.000683*) (-9.96**)	-0.00964 (0.0000603*) (-16.00**)	-0.0008057 (0.0000379*) (-21.27**)	-0.0004979 (0.0101522*) (-11.20*)	-0.0010084 (0.007925*) (-46.79*)	-0.0010084 (0.000216*) (-24.27*)
Branco	0.262313 (0.0262331*) (10.59**)	0.2527723 (0.0186122*) (13.58**)	0.1934318 (0.0152031*) (12.72**)	0.1142131 (0.0101942*) (11.25*)	0.1222229 (0.0085913*) (15.42*)	0.1222229 (0.001925*) (39.69*)
Fem	-0.03543719 (0.0173586*) (-20.41**)	-0.5232807 (0.173096*) (-30.23**)	-0.4317777 (0.086035*) (-50.19*)	-0.1360694 (0.0673593*) (-13.35*)	-0.473839 (0.008913*) (-55.15*)	-0.473839 (0.0085913*) (-40.48*)
Cons	3.961564 (0.0901252*) (4.00*)	2.129898 (0.0933594*) (22.80*)	3.521501 (0.0752518*) (46.80*)	4.446263 (0.0673593*) (66.01*)	3.370113 (0.0478146*) (70.48*)	3.370113 (0.0478146*) (92.71*)

Tabela 9 - Resultado das regressões quantílicas por ocupação (cont...)

Q50						
Lnw	DIR	PCA	TME	SAD	SERV	TPROD
escolaridade	0.0995138 (0.024964*) (39.86**)	0.1730083 (0.004441*) (38.96**)	0.1019373 (0.0030428*) (33.50**)	0.073351 (0.025415*) (25.37**)	0.0414893 (0.0015957*) (26.00**)	0.0544163 (0.0012047*) (45.17**)
Idade	0.069348 (0.0084586*) (8.20**)	0.0855909 (0.005093*) (16.81**)	0.078936 (0.0038156*) (20.69**)	0.0566571 (0.002448*) (14.86**)	0.0635384 (0.0022462*) (28.29**)	0.0724137 (0.0024484*) (29.58**)
idade^2	-0.0005589 (0.001053*) (-5.31**)	-0.0007873 (0.0000588*) (-13.38**)	-0.0007114 (0.0000507*) (-14.04*)	-0.0004835 (0.0000365*) (-11.20*)	-0.0006545 (0.00027*) (-24.21*)	-0.0007566 (0.0000312*) (-24.27*)
Branco	0.2745268 (0.0168304*) (16.31**)	0.24764119 (0.024586*) (10.07**)	0.2169714 (0.0162166*) (13.38**)	0.13730609 (0.0099726*) (11.25*)	0.1046139 (0.0036201*) (28.90*)	0.1888183 (0.0047575*) (39.69*)
Fem	-0.3597322 (0.0138924*) (-25.89**)	-0.5800859 (0.389911*) (-25.68**)	-0.48497 (0.0109673*) (-44.22*)	-0.1960375 (0.0070263*) (-13.35*)	-0.3290699 (0.006301*) (-52.23*)	-0.429965 (0.0105719*) (-40.48*)
Cons	4.331408 (0.1815645*) (23.86*)	2.841099 (0.0968139*) (11.78*)	3.777058 (0.0722442*) (56.28*)	4.343475 (0.0400204*) (108.53*)	4.483083 (0.0487886*) (91.89*)	4.366563 (0.0471014*) (92.71*)
Q75						
Lnw	DIR	PCA	TME	SAD	SERV	TPROD
escolaridade	0.0952919 (0.031906*) (29.87**)	0.1701955 (0.0037467*) (45.42**)	0.1095602 (0.0030753*) (35.63**)	0.0896419 (0.02025278*) (35.46**)	0.049186 (0.0011841*) (41.54**)	0.0589336 (0.0011539*) (51.07**)
Idade	0.069392 (0.0053115*) (12.98**)	0.0896022 (0.0073129*) (12.25**)	0.0863353 (0.0047879*) (18.03**)	0.0611812 (0.0023372*) (26.18**)	0.053 (0.0016965*) (31.24**)	0.0723793 (0.0018527*) (39.07**)
idade^2	-0.0005102 (0.000587*) (-8.69**)	-0.0007949 (0.00085*) (-9.35**)	-0.000741 (0.0000726*) (-10.21*)	-0.00044 (0.000034*) (-12.93*)	-0.0005144 (0.00027*) (-27.48*)	-0.00007076 (0.0000253*) (-28.02*)
Branco	0.2376618 (0.0375317*) (6.33**)	0.2306564 (0.0242716*) (9.50**)	0.2187523 (0.0119837*) (18.25**)	0.16119 (0.0095778*) (16.83*)	0.1306293 (0.000187*) (29.56*)	0.1916198 (0.0076409*) (25.08*)
Fem	-0.3543719 (0.0173586*) (-20.41**)	-0.5800859 (0.0294966*) (-19.94**)	-0.4872204 (0.0139029*) (-35.04*)	-0.2528272 (0.0085223*) (-29.67*)	-0.3290699 (0.0044188*) (-46.03*)	-0.4506693 (0.0085156*) (-52.92*)
Cons	4.839409 (0.1166721*) (41.48*)	3.277899 (0.1147231*) (28.57*)	3.9197 (0.1008949*) (38.85*)	4.317614 (0.043688*) (98.36*)	4.890833 (0.0416134*) (117.53*)	4.598808 (0.0352393*) (130.50*)
Q90						
Lnw	DIR	PCA	TME	SAD	SERV	TPROD
escolaridade	0.0879536 (0.047665*) (18.45**)	0.1601009 (0.0040188*) (39.84**)	0.1080421 (0.0041188*) (26.23**)	0.0968532 (0.023133*) (41.87**)	0.049186 (0.0011841*) (41.54**)	0.0655671 (0.0018623*) (35.21**)
Idade	0.0611089 (0.0070547*) (8.66**)	0.0946734 (0.0051969*) (18.22**)	0.0885217 (0.0061485*) (14.40**)	0.0765963 (0.003236*) (23.67**)	0.0544592 (0.0016965*) (24.50**)	0.0799282 (0.0020786*) (38.45**)
idade^2	-0.000389 (0.000389*) (-4.64**)	-0.0008169 (0.0000608*) (-13.45**)	-0.0007139 (0.0000831*) (-8.59*)	-0.000567 (0.00467*) (-12.13*)	-0.0004808 (0.0018088*) (-16.37*)	-0.0000269 (0.0099811*) (-27.88*)
Branco	0.1957726 (0.033634*) (5.82**)	0.2216822 (0.0172966*) (12.82**)	0.2331365 (0.0150668*) (15.47**)	0.13433911 (0.0148759*) (9.03*)	0.1805924 (0.000294*) (20.05*)	0.1967013 (0.0099811*) (19.71*)
Fem	-0.3565806 (0.0422118*) (-8.45**)	-0.5446986 (0.0191381*) (-28.46**)	-0.4684177 (0.0150668*) (-25.72*)	-0.2800733 (0.0167984*) (-16.67*)	-0.406632 (0.0091992*) (-44.20*)	-0.4837527 (0.120054*) (-40.29*)
Cons	5.570144 (0.1604954*) (34.71)	3.723506 (0.1125526*) (33.08*)	4.23438 (0.1229649*) (34.44*)	4.263448 (0.0546655*) (77.99*)	4.960848 (0.0376957*) (131.60*)	4.686807 (0.0393617*) (119.07*)

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNAD de 2009.

* desvios-padrões, ** estatística t.

Observa-se segunda a Tabela 9 que a educação é mais importante para explicar o rendimento nas ocupações dos Profissionais das Ciências e Artes e dos Dirigentes nos quantis 10 e 25 e a partir do quantil 50, a educação torna-se mais importante na categoria dos Técnicos de Nível Médio do que na categoria Dirigentes. Nas ocupações dos trabalhadores dos Serviços Administrativos, Trabalhadores do Serviço e Trabalhadores da Produção o coeficiente associado a educação é bem menor, sobretudo aquele referente ao grupo dos Trabalhadores do Serviço.

A característica idade é a que menos contribui para o diferencial de rendimentos entre as diferentes ocupações. Apesar da pequena mudança na magnitude deste coeficiente ao longo dos quantis pode-se afirmar que a idade torna-se menos importante nos quantis de renda mais elevados. Destaque-se que a utilização da variável idade ao quadrado justifica-se pelo fato de que o efeito da idade sobre o rendimento tende a ser não linear.

Os resultados indicam que o gênero feminino contribui de modo negativo para determinar o rendimento em todas as ocupações, o que indica a existência de preconceito por gênero no mercado de trabalho brasileiro. A ocupação dos Profissionais das Ciências e Artes é aquela caracterizada por maior preconceito de gênero, apesar de no primeiro quantil de renda os coeficientes ligados a esta variável serem extremamente elevado nas ocupações dos Trabalhadores do Serviço e Trabalhadores da Produção. Nesse caso, a explicações pode estar no fato de que muitas profissões incluídas nessas ocupações são em geral masculinas.

Outro tipo de preconceito que pode ser observado no mercado de trabalho brasileiro é o preconceito de cor, isto porque o fato de ser branco sempre contribui positivamente para o rendimento em todas as ocupações e percentis de renda. Nas ocupações caracterizadas por maior rendimento médio, Dirigentes e Profissionais das Ciências e Artes, são aquelas nas quais se observa o maior preconceito racial. O coeficiente relacionado à variável Branco é menor na ocupação Serviços Administrativo nos primeiros e segundos quantis; na ocupação Trabalhadores do Serviço, no terceiro e quarto e na categoria Trabalhadores da Produção, no último quantil.

5 Considerações finais

Na análise empírica realizada no presente estudo, voltada para a estimativa dos diferenciais de salários no mercado de trabalho brasileiro, na perspectiva da teoria da segmentação, tratou-se de apreender a presença destes diferenciais a partir de dois procedimentos. Investigou-se a presença dos diferenciais de salários, considerando os fatores históricos, consubstanciados na natureza de cada grupo de ocupação selecionado. Neste caso, entende-se que os diferenciais de salários resultam basicamente das condições históricas, que conforma cada um dos segmentos do mercado de trabalho, na acepção da própria teoria da segmentação.

Deste modo, poderia ser dito que, os diferenciais de salários assim estimados refletem as descontinuidades do mercado de trabalho consubstanciada na segmentação deste mercado em primário independente ou criativo, primário dependente ou rotineiro e secundário.

Se tal afirmação for plausível, a estimativa realizada sugere que os grupos ocupacionais DIR e PCA sejam próprios do segmento primário independente, enquanto as categorias TMED e SADM sejam próprias do primário dependente. Os outros dois grupos ocupacionais, SERV e TPROD, parecem mais próprios dos segmentos primário dependente e secundário.

O segundo procedimento investigou a presença de diferenciais de salários, para os grupos ocupacionais selecionados, considerando características tais como cor, gênero, idade e escolaridade, as quais não se encontram na base da conformação dos segmentos do mercado de trabalho acima referida, buscando responder até que ponto cada grupo ocupacional pode apresentar diferencial de salários, quando exposto a tais características.

Neste caso os diferenciais de salários refletem mais de perto a discriminação dos trabalhadores, quanto à cor, idade e gênero e mais remotamente, com relação à educação, que são reflexo dos valores sociais e culturais que permeiam o imaginário dos empregadores e que influenciam fortemente as oportunidades de trabalho e as disparidades salariais, intra - segmento do mercado de trabalho.

Em qualquer dos procedimentos, a educação perde o caráter de centralidade na discussão dos diferenciais de salários. É o que se constata da investigação econométrica, cujos resultados sugerem que: *i)* a educação é menos importante para determinar o rendimento naqueles seguimentos de trabalho mais precários, quais sejam as categorias dos trabalhadores dos Serviços e da Produção; *ii)* os coeficientes das variáveis cor e gênero apontam a existência de preconceito no mercado de trabalho, que é maior nas categorias ocupacionais com maior potencial de rendimento, isto é, os profissionais das Ciências e Artes e os Dirigentes e, por fim, *iii)* a variável idade é a menos significativa para determinar o rendimento nas diferentes ocupações.

Referências

ALMEIDA, E. P. e PEREIRA, R. S. **Críticas à teoria do capital humano: uma contribuição à análise de políticas públicas em educação**. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>. Texto para Discussão nº 863.

BARTALLI, O; LEME, M. Discriminação salarial além da média: uma abordagem de decomposição contra factual utilizando regressões quantílicas. **In: ANPEC NACIONAL**, 2007. Disponível em: <http://www.anpec.org.br/encontro2007/artigos/A07A138.pdf>.

BARROS, R. P. **Os determinantes da desigualdade no Brasil**. São Paulo: USP, 1997.

BRAGA, T.; RODARTE, M. A inserção ocupacional e o desemprego dos jovens: o caso das regiões metropolitanas de Salvador e Belo Horizonte. **Pesquisa & Debate**, São Paulo, v. 17, p. 103-123, 2006.

BECKER, Gary S. (1964). *Human Capital*, New York: Columbia University Press.

CACCIAMALI, M.; BATISTA, N. Diferencial de salários entre homens e mulheres segundo a condição de migração. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 97-115, jan./jun. 2009.

CARVALHO A. E.; SILVA, D.; NERI, M. **Diferenciais de Salários por Raça e Gênero: Aplicação dos procedimentos de Oaxaca e Heckman em Pesquisas Amostrais, complexas**. Economics Working Papers 638 (Ensaio Economico da EPGE) from Graduate School of Economics, Getulio Vargas Foundation (Brazil) (2006).

EHRENBERG, G.; SMITH, S. **A moderna economia do trabalho: teorias e políticas públicas**. 5. ed. São Paulo: Makron Books, 2000.

FLORI, P.; **Polarização ocupacional?: entendendo o papel da ocupação no mercado de trabalho brasileiro**. 2007. Tese (Doutorado em Economia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

FLORI, P.; MENEZES FILHO, N. Mobilidade entre ocupações e efeitos salariais. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 36., 2008, Salvador. **Anais...** Salvador: ANPEC, 2008.

LIMA, R. Mercado de trabalho: o capital humano e a teoria da segmentação. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, n. 10, p. 217-272, abr. 1980.

MACHADO J.A.F., MATA J (2005). Counterfactual Decomposition of Changes in Wage Distributions Using Quantile Regression. *Journal of Applied Econometrics*.

MAIA, A. **Distribuição de renda no mercado de trabalho brasileiro: uma análise para o período 1981 a 2005**. São Paulo: USP, 2006.

MATOS, R.; MACHADO, A. Diferencial de rendimentos por cor e sexo no Brasil (1987 – 2001). *Econômica*, Rio de Janeiro, v. 8, n.1, junho, 2006.

MINCER, J. **“Investment in human capital and personal income distribution”**, *The Journal of Political Economy*, LXVI (4):281-302, August/1958.

MULS, L.. A teoria do capital Humano, as teorias da segmentação e a literatura institucionalista: proposições de políticas públicas e implicações sobre distribuição de renda. ANAIS do IV

Encontro Nacional de Economia Política- SEP- Porto Alegre, RS. 1999. Disponível em www.sep.org.br/pt/artigo_old_list.php?id=4

POCHMANN, M. Mercado geral de trabalho: o que há de novo no Brasil? **Revista Parcerias estratégicas**, n. 22, p. 121-144, jun. 2006.

PRATA, A. C.; PIANTO, D. M. Diferenciais Salariais por Raça no Brasil: análises contrafactuais – 1996 e 2006. **In:** FGV Conferences, 31º Meeting of the Brazilian Econometric Society. Foz do Iguaçu, 2009.

QUADROS, W. **Gênero e cor na desigualdade social brasileira recente. Estudos Avançados** [online], São Paulo, v. 18, n. 50, p. 95-117. 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010340142004000100010&script=sci_arttext#tx03.

RAMOS, L.. **O desempenho recente do mercado de trabalho brasileiro: tendências, fatos estilizados e padrões espaciais.** Rio de Janeiro: IPEA, 2007. (Texto para discussão).

RAMOS, L. e VIEIRA, M. **A Relação entre educação e salários no Brasil.** A Economia Brasileira em Perspectiva - IPEA 1996, 493-510.

SCHULTZ, T. W. (1960). A Capital Formation by Education. *Journal of Political Economy*, 68 (6): 571-83.

SCHULTZ, T. W. (1961). A Investments in Human Capital. *American Economic Review*, 51(1): 1-17.

VAZ, F. **A Desigualdade de rendimento do trabalho segundo a Pnad de 2007.** Nota Técnica, n 37 - IPEA nov 2008.